

APERFEIÇOAMENTO DO CONTROLE INTERNO DO RECEBIMENTO DE MERCADORIAS NA CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR – COOPERCENTRAL

Celso Ricardi¹

Jorge Alberto Lago Fonseca²

RESUMO

A CooperCentral, de Várzea Grande-MT, lida com vários problemas operacionais. Diante disso, propôs-se um projeto de intervenção, do Componente Curricular de Projeto Integrador I e II, do Curso de Tecnologia em Gestão Pública do IFMT – Câmpus Várzea Grande, o artigo objetiva-se em trazer os resultados e as discussões ao longo de dois semestres de estudo, junto a cooperativa. A metodologia é fruto da pesquisa-ação. A proposta apresentada consiste no aperfeiçoamento do controle interno de mercadorias, para constatar o problema usou-se um questionário semiestruturado, em que foi, possível verificar os principais problemas no controle interno de mercadorias e, após isso, elaborou-se planilhas para melhorar a transparência e a segurança dos registros. Essas planilhas foram planejadas com o apoio dos cooperados e apresentadas para a administração da cooperativa, através do Excel. Espera-se uma contribuição científica futura para o local

Palavras-chave: Cooperativa. Controle interno. Cooperativismo. Agricultura Familiar.

RESUMEN

La CooperCentral, de Várzea Grande-MT, lidia con varios problemas operativos. En este sentido, se propone un proyecto de intervención, a través del Componente Curricular de Proyecto Integrador I y II, del Curso de Tecnología en Gestión Pública del IFMT - Câmpus Várzea Grande, por lo tanto, este artículo se objetiva en traer los resultados y las discusiones que se cosecharon a lo largo de dos semestres de estudio, junto a la cooperativa. La metodología es fruto de la investigación-acción. La propuesta presentada consiste en el perfeccionamiento del control interno de mercancías, para constatar el problema se usó un semiestruturado, en que fue posible verificar los principales problemas en el control interno de mercancías y, después de eso, se elaboraron hojas para mejorar la transparencia y la seguridad de los registros. Estas planillas fueron planificadas con el apoyo de los cooperados y presentadas para la administración de la cooperativa, a través del excel.

Palabras clave: Cooperativa. Control interno. Cooperativismo. Agricultura familiar.

INTRODUÇÃO

O curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFMT - Câmpus Várzea Grande possui em seu Projeto Pedagógico, através da disciplina Projeto Integrador I, uma proposta de

¹ Acadêmico do VI Semestre do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – IFMT – Câmpus Várzea Grande.

² Orientador. Doutor em Educação (Unisinos), Mestre em Educação nas Ciências (Unijuí), Especialista em Língua Portuguesa (URI - Santo Ângelo), Especialista em Gestão Escolar (UFRGS), Especialista em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar (Unipampa - São Borja), Licenciado em Letras - Habilitação Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade da Região da Campanha (Urcamp/São Borja). Professor de Língua Portuguesa e Literatura no IFMT - Câmpus Várzea Grande.

intervenção em uma organização social, como pré-requisito para a elaboração do trabalho de final de curso, TCC. A Organização escolhida, para tal intervenção, foi a Cooperativa de Comercialização da CooperCentral onde, foi identificado, como um dos gargalos da comercialização, o processo de controles de estoque. Sabe-se que o mercado é competitivo; portanto, é de suma importância ter um controle de estoques em todo o segmento. Através disso, foi-se traçando um acordo de cooperação para com a cooperativa. Com o aval da gerência administrativa percebeu-se a importância de discutir o controle nos recebimentos, entradas e saídas.

Este trabalho é resultado de uma proposta de intervenção de melhorias a serem aplicadas à gerência administrativas da Central de Comercialização de Agricultura Familiar – CooperCentral. Sendo assim, idealizou-se um controle de entradas e saídas, com o intuito de melhorar o controle interno da cooperativa, pois constatou-se a necessidade de melhorias nesse quesito. O objetivo da proposta foi de apresentar à gerência, da coopercentral e demais cooperados, projetos, planilhas, controles de recebimentos, entrada e saídas, propondo à CooperCentral medidas de controle e de eficiência, qualidade de serviços, e auto rendimento para os trabalhos diários futuros.

A proposta de intervenção busca favorecer a satisfação de métodos de trabalho, controlando o estoque da Coopercentral. Diante do fluxo de mercadorias, observou-se a necessidade de planilhas de recebimento, entradas e saídas. A partir disso, uma análise de intervenção local para um resultado satisfatório.

Com a oferta de treinamento e planilhas organizadas e atualizadas buscou-se demonstrar a importância de se realizar registros transparentes da movimentação diárias e mensal.

METODOLOGIA

A metodologia que deu suporte ao Projeto Integrador I e II foi a pesquisa-ação que buscou uma proposta de intervenção no sistema de recebimento de mercadoria na CooperCentral. Neste contexto, realizou-se uma estrutura discussão e conhecimento no processo de adaptação do método pesquisa-ação para a cooperativa de Várzea Grande.

O planejamento inicial do projeto deu-se em quatro etapas: delineamento da pesquisa, contextualização teórica, coleta de dados e análise de dados. O delineamento foi realizado após uma investigação com o objetivo observar os métodos de controle interno na cooperativa. Com a contextualização teórica permitiu-se um entendimento sobre a importância de um controle interno eficiente e sobre os princípios que regem uma sociedade

de cooperados. A coleta de dados foi realizada através da elaboração e da aplicação de um questionário sobre as dificuldades enfrentadas pelos cooperados no controle das mercadorias comercializadas.

A análise dos dados possibilitou a elaboração de um parecer que será apresentada aos cooperados. Esse parecer apontou as boas condutas e a possibilidade de minimização dos erros. A apreciação do parecer junto aos cooperados permitiu a preparação de um plano de ação que definiu os ajustes das atividades às novas práticas do controle interno; diante disto, no período de quatro meses foram averiguadas possíveis falhas de procedimentos na cooperativa de Várzea Grande; CooperCentral que está situada à rodovia Mario Andreazza, Bairro José Carlos Guimarães.

Cruz e Oliveira (2014) cita a definição de Thiollent de pesquisa-ação:

Pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com um ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 1996 apud CRUZ; OLIVEIRA, 2014, p. 7)

Segundo McKay e Marshall (2001 *apud* Costa et. al, 2013, p. 2), a definição de pesquisa ação está em seu nome: a justaposição de pesquisa e ação. Ela é ao mesmo tempo preocupada com a produção do conhecimento e a solução de problemas em situações práticas.

Sendo assim, a ação de intervenção, que é objeto dessa pesquisa, reúne o estudo e a ação em um mesmo processo, reafirmando a questão da pesquisa com ação, que vai aos poucos sendo também ação com pesquisa. No desenvolver da pesquisa-ação, há a ênfase na flexibilidade, nos ajustes progressivos aos acontecimentos, fortalecendo a questão da pesquisa com ação.

REFERENCIAL TEÓRICO

Conceito de controle e o sistema de cooperativas

De acordo com Bio (2008 apud Kowalski et. al, 2010), o conceito de controle interno pode ser traduzido como sendo “o conjunto de políticas operacionais, procedimentos e definições na estrutura organizacional, operados por pessoal capacitado, para garantir que as informações sejam fidedignas e para estimular a eficiência das operações”.

Para Boynton *et. al.* (2002 *apud* Kowalski *et. al.*, 2010), os controles internos são sinônimos de segurança, uma vez que fornecem confiabilidade de informações financeiras, obediência às leis, eficácia e eficiência nas operações. Ater-se aos controles internos sugere

consciência econômica e financeira, de tal forma que todas as atividades estejam interligadas, pois uma depende da outra, e nada se faz sem o consenso dos outros departamentos.

O Auditing Standards Board - ASB, por meio do Statement on Auditing Standards - SAS 55 (AU 319), tendo como ementa o SAS 78 (AU 319), definiu cinco componentes de controles internos: ambiente de controle, avaliação de risco, informação e comunicação, atividades de controle e monitoramento. Para Boyton, Johnson e Kell (2002), esses cinco controles mencionados pelo ASB podem ser conceituados da seguinte forma:

a) ambiente de controle – a síntese dos demais controles que representa, de maneira geral, toda a organização e suas respectivas atividades;

b) avaliação de risco – consiste na análise dos riscos e sua possível consequência; dessa forma, define a melhor maneira em que os mesmos devam ser administrados;

c) atividades de controles – são políticas e procedimentos que possibilitam que os objetivos da administração estejam sendo seguidos;

d) informação e comunicação – permite interpretar, analisar e repassar as informações em tempo hábil com o intuito de permitir que as pessoas cumpram suas responsabilidades; e

e) monitoração – o acompanhamento que analisa o desempenho dos controles internos.

De acordo com Cruz e Gloock (2006, *apud* PETER, MACHADO, 2014), o termo *controle* veio da expressão *controle* de origem francesa, adotada por volta do século XVII, correspondendo ao poder ou ato de controlar e verificar. Observando o termo *rôle* isoladamente, este significa um registro de nomes. Unindo os termos *contre-rolê*, essa já significa um novo registro, que quando comparado ao anterior ou original, torna naturalmente possível uma ação de controle.

Para definir controle, Koontz e O'donnell (1995 *apud* PETER, MACHADO, 2014) afirmam que controlar é avaliar e corrigir as atividades de subordinados para garantir que tudo ocorra conforme os planos. O controle indica onde estão os desvios negativos, e ao pôr em ação medidas para corrigir esses desvios, ajuda a assegurar a realização de planos.

Welsch (1996, *apud* PETER, MACHADO, 2014) define como controle a “ação necessária para verificar seus objetivos, planos, políticas e padrões que estão sendo obedecidos”. Para ser eficaz, o controle deve exigir medidas de desempenho ações corretivas, bem como ser exercido antes do momento da ação.

Segundo Reis e Machado (1999 *apud* PETER, MACHADO, 2014), o controle precisa ser estudado e planejado, considerando, dentre outros fatores, os objetivos da organização, sua forma de origem, dimensão, volume e natureza das operações. Esta função deve ainda responder qual é o objeto do controle, as técnicas a serem utilizadas e o motivo do controle.

O conceito de Botelho (2008 *apud* PETER, MACHADO, 2014) apresenta como vantagem do controle interno a possibilidade deste assegurar o alcance dos objetivos e metas traçadas de forma que sejam evidenciadas à eficácia, eficiência e economicidade da gestão. De acordo com a norma (CCFC, 2018) o controle interno é classificado nas seguintes categorias: Operacional: relacionado às ações que propiciam o alcance dos objetivos de identidade; Contábil: relacionado à veracidade e fidedignidade dos registros e das demonstrações contábeis; e Normativo: relacionado à observância da regulamentação pertinente.

Hoje, para um ambiente de controle encontram-se diversos tipos de tecnologias que permitem um alto grau de exatidão nas informações. Para Franco e Marra (2001 *apud* TRISCIUZZI), controles internos são todos os instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que permitam prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que se verificam dentro da empresa e que produzam reflexo em seu patrimônio. Nas cooperativas não é diferente já que os controles visam à minimização de riscos dentro de qualquer organização, fazendo com que haja mais segurança e transparência nos trabalhos em uma cooperativa.

Benecke (1980) define os Sistemas de Cooperativas no Brasil e em Mato Grosso,

Falamos aqui de cooperação cooperativa, quando um grupo de indivíduos legalmente independentes toma seu cargo conjuntamente, uma empresa com a intenção de utilizar os serviços econômicos por ela proporcionados Para este efeito vamos denominá-la empresa cooperativa, e os indivíduos, que são ao mesmo tempo donos e usuários da empresa cooperativa, associados, sócios ou membros cooperadores.(BENECKE, 1980, p. 82 *apud* COSTA et al., 2015, p. 3)

De acordo com Silva Filho (2001) as organizações cooperativas têm atuado como mecanismos capazes de oferecer, de forma satisfatória, respostas a problemas e necessidades de caráter social e econômico. O sistema cooperativista é um sistema que proporciona o desenvolvimento integral do indivíduo. O cooperativismo pode ser reconhecido hoje como um dos sistemas mais adequados, participativos, justos e democráticos que atendem as necessidades e interesses dos trabalhadores. De acordo com SICOOB – SECREMEF 2011, os princípios do Cooperativismo são: adesão livre e voluntária; Retorno “pró-rata” das operações; controle democrático; vendas à vista; juros limitados ao capital; educação constante; neutralidade política e religiosa; pureza e qualidade dos produtos; indivisibilidade dos fundos de reserva e comércio exclusivo com os associados.

Esses princípios sofreram algumas adaptações, até chegarem aos dias de hoje. O Cooperativismo, onde é praticado, tem ajudado a tornar o país uma nação mais desenvolvida e

socialmente mais justa, o que é fácil de se constatar verificando o IDH das cidades brasileiras em que existem cooperativas, nelas, o Índice de Desenvolvimento Humano está acima da média nacional (SICOOB – SECREMEF 2011).

O processo de uma cultura da cooperação no Brasil é observado desde os primórdios da colonização portuguesa. Permaneceu incipiente e foi quase interrompido durante o escravismo. Esse processo emergiria no Movimento Cooperativista Brasileiro surgido no final do século XIX, estimulado por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários, para atender às suas necessidades (SICOOB – SECREMEF 2011).

Em 1902, surgiram as cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul, por iniciativa do padre suíço Theodor Amstadt. Até que, a partir de 1906, nascem e se desenvolvem as cooperativas no meio rural, idealizadas por produtores agropecuários, cuja propagação deu-se em vários estados, principalmente junto às comunidades de imigrantes alemães e italianos, dando forma ao cooperativismo hoje existente no país. (SICOOB – SECREMEF 2011)

Os imigrantes trouxeram de seus países de origem a bagagem cultural, o trabalho associativo e a experiência de atividades familiares comunitárias, que os motivaram a organizar-se em cooperativas. A história relata que os problemas de comunicação, adaptação à nova cultura, carência de estradas e de escolas e discriminação racial criaram entre eles laços de coesão, resultando no nascimento de sociedades culturais e agrícolas. (SICOOB – SECREMEF 2011)

O início da história do cooperativismo agropecuário, no Brasil, é marcado por uma estrutura autoritária, na qual os interesses dos agricultores familiares não eram considerados. As iniciativas eram para a produção exportadora. Esse modelo beneficiou os produtores que detinham grandes extensões de terra e privilegiavam a monocultura. Já os pequenos produtores, camponeses e demais agricultores cujas atividades produtivas eram realizadas pela família, se viam cada vez mais marginalizados (PIRES, 2009 *apud* COSTA *et. al*, 2015).

No início dos anos 70, a Lei 5.764/71 disciplinou a criação de cooperativas, porém restringiu a autonomia dos associados, interferindo na criação, funcionamento e fiscalização do empreendimento cooperativo. A limitação foi superada pela Constituição de 1988, que proibiu a interferência do Estado nas associações, dando início à autogestão do Cooperativismo que favoreceu intenso crescimento das cooperativas de crédito e de trabalho. Em 1995, o Cooperativismo brasileiro ganha o reconhecimento internacional. Roberto Rodrigues é eleito o primeiro não europeu para a presidência da ACI – Aliança Cooperativista Internacional, fato que contribuiu também para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras. (SICOOB – SECREMEF 2011)

Segundo LIMA (2004), a partir da segunda metade da década de 1980 as cooperativas de trabalho e produção começaram a se organizar e ganhar visibilidade no Brasil:

A sucessão de crises econômicas do final do período militar, as primeiras manifestações internas das mudanças econômicas com a reestruturação produtiva de fábricas e empresas, a adoção de políticas neoliberais no final da década constitui o cenário do incremento do cooperativismo de trabalho no país. (LIMA, 2004, p. 50)

Após um período de ocupação baseado na exploração do ouro, a região centro oeste apresentou um grande período de estagnação, tendo como atividade econômica predominante a agricultura extensiva.

Com a criação de Brasília, houve uma fase de desenvolvimento regional, principalmente na década de 80, com o surgimento do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o desenvolvimento do cerrado – PRODECER- que promoveu o surgimento de iniciativas cooperativas, tanto na área rural como urbana.

A formação de cooperativas agrícolas também é atribuída ao Programa de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso – PRODEAGRO – que estimulava a organização de cooperativas dos pequenos produtores da região.

Mato Grosso fechou 2017 com 154 cooperativas registradas no Sistema OCB/MT, sendo 144 mato-grossenses e 10 vindas de outros estados brasileiros. São 61 cooperativas do Ramo Agropecuário; 19 de Crédito; 20 de Transporte; 15 do Ramo Saúde; 13 Educacionais; 13 do Ramo Trabalho; 9 do Ramo Mineral; Cooperativas de Consumo, Produção, Habitacional e Infraestrutura uma cooperativa cada. ("57,46% da população de MT é Cooperativista", 2018)

Essas cooperativas registradas no Sistema OCB/MT estão em 113 municípios, dos 141 existentes, o que corresponde a uma abrangência de 80% do território do Estado. São 471.854 mil associados e 8.584 mil empregos diretos. O faturamento em 2016 das cooperativas mato-grossenses chegou a R\$ 9,7 bilhões e uma participação do PEA – População Economicamente Ativa, na ordem de 27,40%. ("57,46% da população de MT é Cooperativista", 2018)

Agricultura Familiar

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) define a agricultura familiar como “meio de organização das Produções agrícola, florestal, pesqueira pastoril e aquícolas que são gerenciadas e operadas por uma família e são predominante dependentes de mão de obra familiar tanto mulheres como homens”, desempenhando um papel socioeconômico, ambiental e cultural, destacando-se por ser a forma predominante de

agricultura no setor produção de alimentos. (Plano estadual da Agricultura Familiar, Governo do Estado de Mato Grosso)

No aspecto legal e normativo, o Art. 3º da Lei Federal 11.326, de 24 de julho de 2006, define como agricultor familiar “o trabalhador rural que atende, ao mesmo tempo, aos seguintes critérios: (I) não detenha área maior do que 04 (quatro) módulos fiscais; (II) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (III) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e (IV) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família” (BRASIL, 2006). (Plano estadual da Agricultura Familiar, Governo do Estado de Mato Grosso).

Além desses critérios, a Lei define como beneficiários da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, sobre quesitos diferenciados, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, quilombolas e integrantes de comunidades tradicionais. (Plano estadual da Agricultura Familiar, Governo do Estado de Mato Grosso).

Referenciado por estes conceitos, o Plano Estadual da Agricultura Familiar reconhece que para além do enquadramento legal, a diversidade social observada na Agricultura Familiar se destaca pelo modo de vida e de produção que os grupos familiares exercem, centrados em atividades econômicas vinculadas ao seu estabelecimento e/ou empreendimento, resultando em uma lógica diferenciada de inserção no mercado econômico. (Plano estadual da Agricultura Familiar, Governo do Estado de Mato Grosso).

Cabe ainda destacar que o módulo fiscal em Mato Grosso varia de 30 a 100 hectares, o que remete às características peculiares em relação ao tamanho da maioria das propriedades familiares do Brasil, impactando diretamente no modo de vida e produção que o agricultor exerce. (Plano estadual da Agricultura Familiar, Governo do Estado de Mato Grosso).

O primeiro marco legal com o objetivo de reconhecer institucionalmente e desenvolver a agricultura familiar foram criados na década de 90. Destacando-se na esfera federal, a criação em 1995 do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), visto como um primeiro reconhecimento pelo governo federal das especificidades da agricultura familiar; a criação do Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar em 1999, transformado no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2000; e a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006), que traz oficialmente a agricultura familiar como “categoria profissional”, estabelece as diretrizes para a

formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e define os requisitos para enquadramento como “agricultor familiar” e empreendedor familiar rural. (Plano estadual da Agricultura Familiar, Governo do Estado de Mato Grosso).

Os mercados institucionais públicos têm sido um dos principais canais de comercialização explorados pela Agricultura Familiar, notadamente o PAA e o PNAE. A participação da Agricultura Familiar nesses mercados denota sua importância no abastecimento doméstico de alimentos básicos e de maior qualidade nutricional, seja para as escolas públicas municipais e estaduais ou para as entidades socioassistenciais. (Plano estadual da Agricultura Familiar, Governo do Estado de Mato Grosso)

O PNAE é um programa descentralizado de repasses para a alimentação escolar, podendo ser realizado tanto nas escolas estaduais, com gestão das secretarias de educação dos estados (PNAE Estadual), como nas escolas municipais, com gestão pelas prefeituras municipais (PNAE Municipal). Em ambos os casos, a Lei Federal 11.947/2009 determina que 30% dos valores repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser aplicados na compra de produtos da Agricultura Familiar. (Plano estadual da Agricultura Familiar, Governo do Estado de Mato Grosso)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No início do projeto foram realizadas várias etapas de entrevistas, em que os cooperados relataram suas dificuldades, seus anseios e a necessidade do local. Com base no controle interno da cooperativa observou-se uma demanda de implementação de um plano que atenda as fragilidades relatadas na estrutura operacional em todas as fases do processo de produção e, com isso, observou-se uma carência de controles em vários processos operacionais. A partir disso, este artigo visa demonstrar a importância do controle interno no recebimento de mercadorias. De fato, realizar registros mais transparentes de controle em todos os processos trará mais segurança e eficiência para os cooperados destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que permitam prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que se verificam dentro da empresa e que produzam reflexo em seu patrimônio. Nas cooperativas não é diferente já que os controles visam à minimização de riscos dentro de qualquer organização, fazendo com que haja mais segurança e transparência nos trabalhos em uma cooperativa.

Considerando a realidade local da CooperCentral é recomendado a implementação de procedimentos de controles internos mais atualizados conforme a exigência do mercado,

definindo melhorias a serem conquistadas pelos cooperados. Diante dos objetivos descritos no início, foi construído um questionário para os representantes da cooperativa.

Os cooperados já tinham a sua disposição o software de controle da Inforligue. No entanto, tal software não satisfaz todas as necessidades de controle e precisa de ajustes. Portanto, foi proposto por outro grupo um sistema mais avançado, mas os cooperados da administração encontram dificuldade no aprendizado. Foram oferecidos cursos para o aprendizado do sistema, porém, houve pouca assiduidade. Também foram avaliados quais alternativa e métodos de controles apropriados para cooperativa.

Sendo assim, dentro da realidade local ficou acordado entre os cooperados e os acadêmicos instituir planilhas elaboradas, de acordo, com a necessidade até que o software avançado seja aceito pelos cooperados, visto que essas planilhas serão preenchidas manualmente, verificadas e arquivadas pelo responsável do setor de recebimento pelo administrador. Vale ressaltar como um dos objetivos é a identificação de falhas nos procedimentos realizados pela Coopercentral.

CONSIDERACOES FINAIS

Tendo em vista que processo de intervenção na cooperativa caminha numa perspectivas de avanço gradativamente, pois nestes objetivos demonstrados, constatou-se um procedimento de melhorias como a aceitação das planilhas elaboradas em conjunto com os discentes e gestores, portanto e de suma importância fazer uso dessas planilhas, para controlar as entradas de mercadorias favorecendo qualidade e eficiência nos serviços diários da cooperativa.

Nem todos os objetivos foram alcançados, mas processos da feira estão em constante monitoramento para que os resultados esperados sejam atingidos.

REFERÊNCIAS

BIO, Sérgio Rodrigues. **Sistemas de informação**: um enfoque gerencial. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. **Auditoria**. Trad. José Evaristo dos Santos. São Paulo: Atlas, 2002.

COSTA, Bianca Aparecida Lima; AMORIM JUNIOR, Paulo Cesar Gomes; SILVA, Marcio Gomes da. **As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras**

Governamentais em Minas Gerais. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 53, n. 1, p. 109-126, mar. 2015 . Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032015000100109&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 nov. 2018.

COSTA, Eugênio Pacceli; POLITANO, Paulo Rogério; PEREIRA, Néocles Alves. **Exemplo de aplicação do método de Pesquisa-ação para a solução de um problema de sistema de informação em uma empresa produtora de cana-de-açúcar.** Gest. Prod., São Carlos , v. 21, n. 4, p. 895-905, Dec. 2014 . Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2014000400017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 de Novembro de 2018.

CRUZ, S. R. I.; OLIVEIRA, J. S. **Pesquisa-ação Como Metodologia de “Intervenção”:** **Comunidade Tradicional Ribeirinha da Foz do Rio Doce, Linhares – ES.** In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos.,2014,Vitória. **Anais eletrônicos...**Vitória: ABG, 2014. Disponível em: <
http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404477599_ARQUIVO_PESQUISA-ACAOCOMOMETODOLOGIA.pdf>. Acesso em: 01 de novembro de 2018.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria** Contábil. 2 ed. Sao Paulo/ Rio de Janeiro: Atlas, 1992. 504 p

KOWALSKI, F.; FERNANDES, F.; FARIA, A. **Análise dos Controles Internos Relacionados às Atividades Ambientais das Cooperativas Catarinenses de Energia Elétrica por meio da Matriz de Importância-Desempenho de Slack.** Revista Contabilidade Vista & Revista, 2010.

KOWALSKI, F.; FERNANDES, F.; FARIA, A. **Análise dos Controles Internos Relacionados às Atividades Ambientais das Cooperativas Catarinenses de Energia Elétrica por meio da Matriz de Importância-Desempenho de Slack.** Revista Contabilidade Vista & Revista, v. 21, 2010.

LIMA, J. **O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 56, 2004.

PETER, M.; MACHADO, M. **Manual de Auditoria Governamental (2ª ed.).** Tradução . 2. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2014.

Plano Estadual da Agricultura Familiar, Cuiabá – MT. Aprovado pelo CEDRS/MT EM 29 de junho de 2017.

Sicoob Cecremef. (2018). **História do Cooperativismo.** [online] Available at: <http://www.sicoobcecremef.com.br/historia-do-cooperativismo/> [Accessed 4 Nov. 2018].

SILVA FILHO, Cicero Virgulino. **Cooperativas de trabalho.** São Paulo: Atlas, 2001.

TRISCIUZZI, Carlos Renato Fontes. **A Auditoria Interna como ferramenta de melhoria dos controles internos de uma organização: Estudo de caso em uma empresa do segmento industrial do Rio de Janeiro. 2009. 198. (Auditoria Interna)** – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.